



Revista de Saúde Pública

ISSN: 0034-8910

revsp@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Pirataria: o barato pode sair caro
Revista de Saúde Pública, vol. 40, núm. 1, enero-febrero, 2006, pp. 192-193
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240151030>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

- 50 a 70% das consultas médicas geram prescrição medicamentosa;
- 50% de todos os medicamentos são prescritos, dispensados ou usados inadequadamente;
- Somente 50 % dos pacientes, em média, tomam corretamente seus medicamentos;
- Os hospitais gastam de 15% a 20% de seus orçamentos para lidar com as complicações causadas pelo mau uso de medicamentos;
- De todos os pacientes que dão entrada em pront-socorros com intoxicação, 40% são vítimas dos medicamentos.

No Brasil, segundo informações do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sintox), os medicamentos ocupam o primeiro lugar entre os agentes causadores de intoxicações em seres humanos e o segundo lugar nos registros de mortes por intoxicação.

Segundo dados levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os Medicamentos, em 2002, 15% da população consome 50% do que se produz de medicamentos, enquanto 51% entre os que ganham até quatro salários-mínimos consomem 16%.

Pirataria: o barato pode sair caro

Piracy: what you pay is what you get

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Combater a venda de produtos falsificados não é uma tarefa simples. Com o aumento dos empregos informais, cresceu também a pirataria – como são popularmente conhecidas a fabricação e a comercialização de cópias de artigos originais. Mais interessada na compra de produtos baratos do que em qualidade, a população investe em CDs, DVDs, tênis e bonés, estimulando, assim, uma prática irregular.

Um problema que tem deixado as autoridades em alerta é o número crescente de fabricantes ilegais atuando no mercado da saúde. Materiais de limpeza produzidos clandestinamente estão sendo comercializados, na sua maioria, em embalagens de refrigerantes reaproveitadas. E não tem qualquer avaliação de que são seguros e produzem bons resultados. Os saneantes são importantes porque acabam com as sujeiras, germes e bactérias, prevenindo o aparecimento de doenças causadas pela falta de higiene dos ambientes. Mas é imprescindível que tenham sua qualidade reconhecida pelos órgãos competentes.

Consumir materiais de limpeza fabricados fora dos padrões sanitários pode representar graves riscos à saúde. Para evitar o consumo e a proliferação desse tipo de produto ilegal, a Anvisa vem realizando ações educativas com as Vigilâncias Sanitárias locais. No dia 1º de setembro, em parceria com a Vigilância Sanitária do Estado do Rio de Janeiro, a Agência lan-

çou a cartilha de orientação para os consumidores de saneantes. Foram entregues, na cidade do Rio de Janeiro, 30 mil exemplares com informações sobre os riscos e os perigos que podem ameaçar a saúde das pessoas dentro de suas casas. Também foram desenvolvidas atividades educativas em São Paulo, Recife e Natal.

Quando ingeridos, os saneantes ilegais causam sérios danos à saúde, podendo levar à morte. “Os principais sintomas de intoxicação são queimaduras, problemas respiratórios e irritações”, alerta o engenheiro agrônomo e técnico da Gerência de Saneantes da Anvisa, Andersem Santos de Moraes. “Os saneantes ilegais apresentam os preços mais baixos porque normalmente não fazem o que prometem”, diz. Em sua maioria, são produtos que possuem cor e cheiro agradável. São vendidos por ambulantes em caminhões, peruas, de porta em porta. Costumam ser oferecidos também em lojas que revendem produtos e artigos para limpeza.

Mas o risco não é só para quem utiliza o material. As pessoas que manipulam as substâncias também correm riscos ao misturar os ingredientes do saneante clandestino. “Esse trabalho deve ser desenvolvido por um químico ou técnico especializado. Produtos químicos são corrosivos e liberam substâncias tóxicas. A pessoa que está lidando com as misturas necessita de proteção especial”, afirma Andersem.

Portanto, usar um produto saneante pirateado, sem qualquer garantia de qualidade e segurança, representa uma grave ameaça à saúde. Para prevenir doenças e garantir a qualidade e eficácia na limpeza dos ambientes, a população deve sempre utilizar um material regis-

trado pela Anvisa. “Para ser vendido no comércio, a Agência exige que as empresas desenvolvam produtos seguros, de acordo com as normas técnicas e legais, e que todo o processo seja acompanhado de um rigoroso controle de qualidade”, esclarece Andersem.

Memória da vigilância sanitária*

History of health surveillance

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

LIVRO CONTA A EVOLUÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

A história da Vigilância Sanitária brasileira é a história do País, a história do medo da doença e da morte, um relato de tragédias e heroísmos, de conquistas, desafios e perdas, uma espécie de certificado de resistência às atrocidades do poder, à ignorância dos governantes, ao descaso das autoridades sanitárias que no passado isolavam os doentes como método de cura. E tratavam a população com a habitual truculência da cegueira administrativa, em relação à saúde pública, empregando muitas vezes nas comunidades revoltadas a providencial profilaxia da violência e da brutalidade. Mas essa é uma memória que deveria permanecer guardada a sete chaves, se uma nação não fosse feita também da matéria dos traumas e do sonho de evolução e modernidade.

É essa história que o escritor Eduardo Bueno narra em *À Sua Saúde – A Vigilância Sanitária na História do Brasil* – a primeira tentativa de reunir dados, extrair de fatos históricos, da realidade do passado e do presente, os contornos nebulosos daquilo que no Brasil Colônia se resumia a uma expressão – “água vai” – em nome da higiene, enquanto nos ares da nova “pátria” impunha-se a ferro e fogo, no meio rudimentar da Ciência, a teoria dos miasmas como única explicação para a destruição do homem pelas enfermidades, novas e desconhecidas, que a natureza e os colonizadores trouxeram à Terra de Santa Cruz.

A partir de uma exaustiva pesquisa, encomenda-

da pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), vertida em livro pela Editora Anvisa, em 208 páginas Bueno nos mostra como foi construído no Brasil, desde antes mesmo de seu “descobrimto”, por Cabral, o conceito de vigilância sanitária. Relata os fatos com tal vigor narrativo, para o resgate histórico do cotidiano das caravelas e dos incipientes processos de tratamento e cura, com pleno domínio da técnica do *flashback*, para não cansar o leitor, que fica difícil não tragar todas as linhas do livro de um só gole.

Não temos apenas com a obra a história da vigilância sanitária e dos embriões de formação das ações de saúde pública e de barreiras sanitárias do Brasil, mas também uma parte da história antiga da Higiene, da Alimentação e da Medicina, desde as remotas invenções da inteligência egípcia, persa, helênica e romana para abater seus principais inimigos – os micróbios. A viagem pelo passado da Medicina e da doença que Eduardo Bueno nos traz só é possível imaginar com os bilhetes certos para a entrada em outro universo complexo e fascinante – o da pesquisa documental.

O escritor, autor dos consagrados *A Viagem do Descobrimento*, *Náufragos*, *Traficantes e Degradados* e *Capitães do Brasil*, livros de história que carregam o feito de atingir milhões de leitores, enclausurou-se durante sete meses nas bibliotecas da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Visitou a Biblioteca Nacional, os arquivos do Ministério da Saúde e entrevistou personagens com presença de fundamental importância na história contemporânea da vigilância sanitária e da saúde pú-

*Resenha de autoria de Carlos Tavares.